



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 30 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 24 de janeiro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS

SRTE/AM vai investigar a ocorrência de trabalho escravo em campo da Embrapa 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Vamos impedir que real se valorize, diz Mantega 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Insatisfeita com gestão, Dilma troca comando da Petrobras 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Mercadante muda cúpula do MEC 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Dilma muda chefia da Petrobras para ter mais controle 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Dilma aumenta controle sobre Petrobras 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Capitalização pune as ações da Petrobras 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Mudança na estatal pode ser positiva para o investidor 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Servidores deixam de pagar contribuição sobre adicional 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Dilma quer expandir financiamento para exportações 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Computador casca-grossa atrai atenção de fabricantes 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Mudanças na Integração tensionam relação de aliados 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Após escândalos em ministérios, Dilma cobra 'monitoramento on-line' 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Na despedida de Haddad, Dilma defende Enem 19
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Mercadante trocará comando do Inep 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DO COMMERCIO ONLINE

Suape perde linha direta com a Ásia 21
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1

Trabalhadores da Embrapa AM são mantidos em cárcere, diz sindicato 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM

Balança tem terceiro déficit seguido no ano 24
VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS ON LINE

Comitivas internacionais visitam PIM e SUFRAMA 25
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR	
Longe das metas, fundos de pensão assumem mais risco	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
Restos a pagar' em 2012 somam R\$ 140 bilhões.....	28
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
Nova secretaria vai reestruturar funcionamento dos ministérios	30
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
Meta fiscal 'cheia' será cumprida, diz Mantega	32
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
Dilma quer expandir financiamento para exportações	34
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
União deixa para este ano restos a pagar de R\$ 140,9 bi	35
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Dilma participa de fórum social	37
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Até Lula deve ir à posse de Mercadante	38
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Governo pode reduzir impostos para PIB crescer 4% em 2012	39
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Tributação na Europa ajuda a crise :: Fernando Zilveti	41
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BOL	
Fórum Social Mundial começa hoje e espera reunir 40 mil em Porto Alegre	42
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO SRTE/AM vai investigar a ocorrência de trabalho escravo em campo da Embrapa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Trabalhadores denunciam cárcere privado, desvio de função e demissões irregulares.

Manaus - A **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego (SRTE/AM) vai realizar uma fiscalização no campo experimental do Distrito Agropecuário da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, da Embrapa **Amazônia** Ocidental, localizado 53 quilômetros de **Manaus**, na BR-174, para investigar as denúncias de cárcere privado, desvio de função e demissões irregulares de trabalhadores, publicadas na edição de segunda-feira do jornal Diário do **Amazonas**.

“Se forem constatadas tais irregularidades, a primeira medida é retirar os funcionários do local. Depois, será penalizar os responsáveis e garantir que os direitos dos trabalhadores sejam cumpridos”, disse o **Superintendente** da SRTE/AM, Dermilson Chagas. Segundo ele, a pena para esse tipo de crime varia de 2 a 8 anos de reclusão, previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB).

O **Superintendente** explicou que a situação no local, se confirmada, caracteriza-se trabalho escravo. “A falta de estrutura na alimentação, as folgas, o descanso semanal, o direito de ir e vir do trabalhador, transporte, etc. Tem um arcabouço de fatos que caracterizam o trabalho escravo”, disse.

O caso foi denunciado ao **Ministério** Público do Trabalho do **Amazonas** (MPT-AM) no último dia 12. Antes, porém, a Embrapa já havia firmado um Termo de Ajuste de

Conduta (TAC) perante o órgão, no qual se comprometeu a não mais praticar as irregularidades.

Chagas explicou que a denúncia deveria ter sido encaminhada, primeiro, à SRTE, para que o órgão pudesse constatar as irregularidades. “Como os trabalhadores foram primeiro ao **Ministério** Público, esse Termo de Ajuste de Conduta até inibe a nossa ação. Neste caso, nossa função é fiscalizar se há o descumprimento de conduta e se o problema persiste”, explicou Chagas.

Suframa

Ontem, por meio de nota, a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** esclareceu que a Embrapa dispõe de área para pesquisa e experimentação no Distrito Agropecuário. Quanto à fiscalização, de acordo com o **Superintendente** da autarquia, Thomaz Nogueira, “é preciso que se faça uma distinção: para aprovação dos projetos industriais ou agropecuários no âmbito da **Suframa**, há exigências legais que a autarquia cobra e acompanha. Nós estamos falando de uma instituição pública federal que está submetida aos órgãos regulares de controle, como está sendo feito nesse instante pelo **Ministério** Público do Trabalho. Não cabe à **Suframa** a supervisão na área trabalhista”, disse em nota.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Vamos impedir que real se valorize, diz Mantega		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro diz que o governo não deixará que os produtos brasileiros percam competitividade e que vai adotar medidas contra a concorrência predatória

Tânia Monteiro Eduardo Cucolo / BRASÍLIA

Preocupado com a perda de competitividade dos produtos brasileiros, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, avisou ontem que o governo não vai permitir a valorização do câmbio e disse que o governo poderá desencadear medidas duras contra países que adotarem concorrências predatórias, prejudicando o Brasil.

"Os mercados estarão mais disputados. Nossa manufatura tem perdido terreno, principalmente em relação a países asiáticos e por isso vamos continuar com política de impedir a valorização do câmbio e a política de defesa comercial, tomando medidas contra os países que fazem uma concorrência predatória, desleal, com subfaturamento e usaremos até salvaguardas, se for necessário", declarou Mantega, em entrevista, após a primeira reunião ministerial deste ano, comandada pela presidente Dilma Rousseff, após dizer que "é importante criar condições para que a indústria brasileira possa ter um desempenho melhor no próximo ano".

Na entrevista, o ministro da Fazenda afirmou que o governo quer chegar em 2014 com investimento de 24% do PIB e destacou que a meta de crescimento este ano será de 4,5%. Ele admitiu, no entanto, que, por causa da difícil situação do mercado externo, "no mínimo" a economia crescerá 4% e, "se a economia internacional se recuperar, podemos tentar chegar a 5%".

Mantega evitou falar sobre os cortes no Orçamento, negando que o Planalto já tenha definido o seu tamanho ou

que ele possa chegar a R\$ 70 bilhões. "Vocês podem desconsiderar estes números", disse o ministro, acrescentando que somente em meados de fevereiro haverá definições.

Segundo o ministro, "o ano é de reforçar os investimentos" e "a política fiscal, sólida e responsável vai continuar".

Ele disse também que o governo "vai atrás do superávit primário cheio", acrescentando que isso significa "continuação do controle de gastos de custeio, sem sacrificar os programas sociais e os investimentos". E emendou: "não haverá penalização dos investimentos". Segundo ele, essa política fiscal abre espaço para a queda da taxa básica de juros.

Para este ano, Mantega prometeu manutenção ou até crescimento do volume de empregos com carteira assinada de 2011, que foi de 2,5 milhões. O aumento do emprego e do crédito, de acordo com o ministro, têm permitido a melhoria das condições de vida da população.

"Hoje a população dispõe de um grande volume de bens e serviços", disse o ministro, citando pesquisa publicada no Estado, que mostrou a mobilidade social no País. "A classe E, de renda mais pobre, está em extinção e migrando para as classes D e C e até a B. Estamos criando uma grande classe média."

Em curso

GUIDO MANTEGA

MINISTRO DA FAZENDA

"Vamos continuar com a política de impedir a valorização do câmbio e de defesa comercial, tomando medidas contra países que fazem concorrência desleal."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Insatisfeita com gestão, Dilma troca comando da Petrobras		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff trocou o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, por Maria das Graças Foster, diretora de Gás e Energia da estatal. Técnica de confiança de Dilma, Graça Foster será a primeira mulher a comandar a maior companhia do País e deve manter o foco da gestão na exploração do pré-sal. O anúncio da mudança fez as ações ordinárias da empresa subirem 3,61% e atingir a maior cotação desde maio de 2011. Em sua agenda de prioridades, Graça Foster terá de buscar solução rápida para a contratação de 21 sondas de perfuração, projeto estimado em US\$ 70 bilhões necessário à exploração do pré-sal e cuja licitação foi suspensa diante de impasse de quem as construiria. A presidente quer a garantia de **produção** no Brasil. Gabrielli minimizou a mudança: "É apenas um ciclo que se fecha". Ele é a sétima baixa do primeiro escalão ligada ao ex-presidente Lula

Insatisfação com a Petrobras leva Dilma a indicar Graça Foster para presidência

Primeira mulher no comando da estatal é dos quadros da empresa, tem perfil técnico, estilo firme e é amiga da presidente da República

Sabrina Valle e Sergio Torres, de O Estado de S. Paulo

RIO - A futura presidente da Petrobrás, Maria das Graças Foster, que será a primeira mulher a comandar a maior companhia do País, deve manter o foco da gestão na exploração dos recursos do pré-sal.

A confirmação da mudança no comando da empresa pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, presidente do conselho de administração da estatal, fez as ações ordinárias (ON, com direito a voto) subirem 3,61%, atingindo a maior cotação desde maio de 2011, R\$ 27,30, embora ainda abaixo dos R\$ 29,65 usados como referência na megacapitalização de 2010.

De perfil técnico, a atual diretora de Gás e Energia é indicação direta da presidente Dilma Rousseff, de quem é amiga e com quem compartilha o estilo firme. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, avaliou como positiva uma solução vinda dos quadros da empresa e disse que eventuais

substituições na diretoria serão feitas após a posse da presidente. "O xadrez da sucessão ainda não está definido."

Graça Foster não respondeu aos pedidos de entrevista. Sua assessoria informou que ela manterá o silêncio até a data do anúncio. A expectativa é de que a executiva participe da divulgação do balanço financeiro da estatal em 2011, quatro dias depois de assumir o cargo. O atual presidente, José Sérgio Gabrielli, minimizou a mudança: "É apenas um ciclo que se fecha".

Em sua agenda de prioridades, Graça terá de buscar solução rápida para a contratação de 21 sondas de perfuração, projeto de US\$ 70 bilhões para a exploração do pré-sal e cuja licitação foi suspensa em dezembro, após impasse sobre quem as construiria. A presidente quer a garantia de **produção** das sondas no Brasil, como estímulo à indústria local.

De acordo com a apuração do Estado, a morosidade da licitação foi um dos motivos do aumento do desgaste entre Dilma e a cúpula da Petrobrás. Gabrielli é a sétima baixa do primeiro escalão de Dilma ligada ao ex-presidente Lula.

A reunião do conselho que vai referendar o nome de Graça deve também decidir outras substituições na diretoria. É esperada a manutenção da atual política de preços em relação à gasolina e ao diesel, como quer o governo.

A confirmação da troca veio no fim da manhã desta segunda-feira, em nota oficial do ministro Mantega, informando a pauta da reunião do conselho no dia 9. A substituição de Gabrielli por Graça vinha sendo cogitada desde o ano passado. Ele teria sido mantido por Dilma em atenção a um pedido do ex-presidente Lula, que o nomeara em 2005. Gabrielli pretende seguir carreira política na Bahia, seu Estado natal. Ontem, o governador Jaques Wagner (PT) confirmou a ida de Gabrielli para seu secretariado.

Outros

Para o lugar de Graça na diretoria de Gás e uma eventual substituição de Guilherme Estrella na diretoria de Exploração e **Produção**, a escolha não é tão óbvia. Estrella já manifestou interesse em se aposentar.

Outros postos estariam em disputa, como a diretoria financeira, cujo titular, Almir Barbassa, foi nomeado por Gabrielli. O governo teria pedido a manutenção por mais um ano do diretor de Serviços, Renato Duque, que também quer sair. Cogita-se a criação de uma diretoria corporativa e de serviços, para a qual está cotado o ex-presidente da Petrobrás José Eduardo Dutra, ex-presidente nacional do PT.

"Há pouco contato de Graça com o mercado, não a conhecemos bem. Mas prevemos mais do mesmo, com ênfase maior em exploração e produção e no desenvolvimento do pré-sal", disse o analista da corretora Socopa, Osmar Camilo. Relatório distribuído aos clientes de um grande banco vai na mesma direção. "Acreditamos numa transição suave, sem grandes impactos para a companhia."

Em dezembro, uma reunião de diretoria da Petrobrás foi suspensa depois que Estrella apresentou a proposta de não contratar as sondas diante dos preços e prazos apresentados. Uma alternativa seria o afretamento ou a construção no exterior. Dilma defende a contratação local, enquanto Gabrielli teria se alinhado à posição de Estrella.

Em reunião do conselho de administração em 22 de dezembro, com a presença dos ministros Guido Mantega e Miriam Belchior (Planejamento), a posição de Gabrielli e Estrella não prevaleceu. Foi anunciado o cancelamento da licitação e autorizada a negociação das sondas diretamente com a Sete Brasil, na qual a Petrobrás detém 10%, e com a concorrente Ocean Rig.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Mercadante muda cúpula do MEC		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, deve mudar o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - que cuida do Enem - e das secretarias de Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica e Articulação com os Sistemas de Ensino

Mercadante assume MEC e muda cúpula

Novo ministro da Educação deve indicar novo presidente do Inep e de outros 3 cargos-chave

RAFAEL MORAES MOURA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Apesar da mobilização de servidores pela sua permanência, a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Malvina Tuttman, deve deixar o cargo com a posse, hoje, do novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. O Inep é a autarquia do Ministério da Educação (MEC) que cuida do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O MEC deve passar por outras mudanças, com as saídas dos secretários Eliezer Pacheco (Educação Profissional e Tecnológica), Maria do Pilar (Educação Básica) e Carlos Augusto Abicalil (Articulação com os Sistemas de Ensino). Os substitutos ficarão a critério de Mercadante.

O secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, continua na equipe, mas deve ser remanejado. Ele é cotado para assumir a presidência do Inep - que teve três presidentes nos últimos três anos. Outro nome cotado é o da diretora de avaliação da educação superior do instituto, Cláudia Griboski.

Na sexta-feira passada, a Associação de Servidores do Inep entregou a um assessor de Mercadante uma carta em que "manifesta sua preocupação com a possibilidade de mais uma substituição da alta gestão comprometer a continuidade de todo o processo de oxigenação, reestruturação, fortalecimento e aprimoramento científico e metodológico das atividades do órgão".

Pesa contra Malvina o fato de não ser ligada politicamente ao PT. Uma hipotética substituição de Malvina por Luiz Cláudio Costa, cujo nome encontra resistência dentro do Inep, é vista mais como uma questão política.

Para os servidores, Malvina é um nome técnico que defendeu o instituto, tendo feito cobranças ao consórcio Cespe/Cesgranrio quanto à aplicação de provas, como o Enem. Mas o ministro Fernando Haddad (Educação) não teria se empenhado em garantir a permanência dela no cargo, ao contrário, por exemplo, do que fez pela manutenção do diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, José Carlos de Freitas.

Desafios. Para especialistas, ajustar a logística do Enem, melhorar a formação de professores e reduzir o gargalo do ensino médio são os principais desafios lançados ao novo ministro. Conforme o Estado antecipou em dezembro, a presidente Dilma Rousseff pediu em conversas reservadas que Mercadante se dedicasse a solucionar os problemas do Enem e colocar de pé o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para os educadores, no entanto, será preciso um olhar mais abrangente às deficiências no sistema de ensino brasileiro.

A sucessão de falhas envolvendo o Enem, que acabou de ter cancelada a edição programada para abril, é vista como o calcanhar de Aquiles da administração Haddad. "O Enem foi uma grande ideia má executada até agora, realizada com pressa", avalia o coordenador da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

Para a diretora executiva do Todos Pela Educação, Priscila Fonseca da Cruz, Mercadante "terá de resolver o Enem" e evitar a repetição de erros que, embora pontuais, atingem milhares de estudantes. Além disso, uma das grandes batalhas será garantir que os cursos de pedagogia e as licenciaturas ofereçam a ferramenta necessária para o professor atuar em sala de aula.

"Os professores em grande medida têm uma formação muito ruim no País, o que explica o fato de os alunos não aprenderem nas escolas", comenta.

A opinião é compartilhada pela educadora Maria Helena Guimarães, ex-presidente do Inep e ex-secretária estadual de Educação de São Paulo. "O MEC até aumentou a oferta de matrículas, mas não é esse o problema, e sim o

currículo. Os cursos de formação estão descolados daquilo de que as escolas precisam."

Maria Helena critica a situação do ensino médio - apenas 28,9% dos estudantes chegam ao 3.º ano acima do nível considerado adequado em língua portuguesa e 11% em matemática. "Não faz sentido um mesmo ensino médio para

um aluno que quer fazer pedagogia e para outro que pretende cursar engenharia", diz.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, diz que o MEC deve ser mais atuante. "Em questões como o piso salarial nacional, o governo deve ser mais incisivo na cobrança dessa lei por parte de Estados e municípios."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma muda chefia da Petrobras para ter mais controle		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para aumentar a influência do governo sobre a companhia, Dilma indicou para o comando da Petrobras Maria das Graças Foster - sua amiga e diretora na empresa. Na estatal desde 1978, Foster será a primeira mulher na presidência. A alteração na chefia deve incluir outras diretorias. As ações fecharam em alta.

Dilma aumenta controle sobre Petrobras

Com o foco em elevar a produção, Graça Foster, que é amiga da presidente, vai substituir Gabrielli na direção da estatal

Escolha é interpretada pelo mercado como uma influência maior do Governo Federal sobre a companhia

NATUZA NERY

DE BRASÍLIA

DENISE LUNA

PEDRO SOARES

DO RIO

A mudança decidida pela presidente Dilma Rousseff no comando da Petrobras visa aumentar a influência do Governo Federal sobre a companhia. A diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, substituirá José Sergio Gabrielli na presidência da estatal.

Foster vai ser indicada oficialmente para o cargo no próximo dia 9 pelo presidente do Conselho de Administração da empresa, o ministro Guido Mantega (Fazenda).

A alteração na chefia da Petrobras, que deve incluir algumas diretorias, indica critério mais técnico na ocupação dos cargos da estatal.

Com a promoção de Foster, à presidência, Dilma pretende aumentar a produção de petróleo da companhia. No passado, o governo reclamou de que a Petrobras não vinha investindo nessa direção.

Funcionária de carreira da estatal desde 1978, a executiva não somente é amiga da presidente da República como enxerga o setor de forma muito parecida com a chefe. A afinidade entre elas deve se traduzir na definição de

investimentos, da política energética e sobre quais projetos terão selo prioritário.

Foster será a primeira mulher a presidir a maior empresa da América Latina, com investimentos programados de US\$ 224,7 bilhões até 2015 -incluindo a área do pré-sal.

A proximidade entre Foster e a presidente da República é tão conhecida nos bastidores que um auxiliar do primeiro escalão disse ontem, em tom bem-humorado, que a Petrobras agora tem sua própria Dilma. As amigas têm estilo semelhante. Além da fama de "durona", são obcecadas por gestão e metas.

A troca foi bem recebida pelo mercado, que vê na entrada dela chance maior de aproximação da estatal com o Planalto, o que poderá agilizar a administração.

As ações da companhia fecharam em alta de 3,60% (ordinárias) e 3,96% (preferenciais), evitando a queda da Bolsa, que encerrou o pregão em tímida valorização de 0,12%. Segundo analistas, a valorização do papel se deveu mais à alta do petróleo em decorrência do embargo internacional contra o Irã.

DEFINIÇÃO NAS FÉRIAS

As relações de Gabrielli com Dilma nunca foram das melhores, desde a época em que a presidente era ministra de Minas e Energia. Discussões acaloradas e gritos mútuos marcaram reuniões presenciadas por terceiros.

Segundo a Folha apurou, a saída de Gabrielli foi negociada entre Dilma e o governador Jaques Wagner durante as férias da presidente na Bahia, no início do mês.

Gabrielli terá a mais longa gestão da companhia. Serão seis anos e nove meses em fevereiro, ultrapassando Joel Rennó, que ficou no cargo por seis anos e cinco meses.

A saída de Gabrielli deverá levar a outras substituições na empresa. Guilherme Estrella, diretor da área de Exploração e Produção, possivelmente será substituído pela principal gerente da área, Solange Guedes, até que a escolhida por Dilma, Magda Chambriard, possa assumir o cargo, em novembro, quando deixa a diretoria da Agência Nacional do Petróleo.

A troca de Estrella por Chambriard seria fruto da insatisfação de Dilma com a atitude da empresa, que alega não haver opção para aumentar a produção mais rapidamente sem acessar o mercado internacional de equipamentos. Isso se choca com a política de conteúdo nacional defendida por Dilma.

Jaques Wagner convidou Gabrielli para ser secretário de Estado na Bahia. Com isso, Wagner fortalece o

correligionário como possível nome do PT para a sucessão do governo baiano em 2014.

Gabrielli, que é economista, é cotado para assumir a Fazenda ou o Planejamento a partir de março, quando o governador deverá concluir uma reforma administrativa por conta do ano eleitoral.

Colaborou GRACILIANO ROCHA, de Salvador

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma aumenta controle sobre Petrobras		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com o foco em elevar a produção, Graça Foster, que é amiga da presidente, vai substituir Gabrielli na direção da estatal

Escolha é interpretada pelo mercado como uma influência maior do Governo Federal sobre a companhia

NATUZA NERY

DE BRASÍLIA

DENISE LUNA

PEDRO SOARES

DO RIO

A mudança decidida pela presidente Dilma Rousseff no comando da Petrobras visa aumentar a influência do Governo Federal sobre a companhia. A diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, substituirá José Sergio Gabrielli na presidência da estatal.

Foster vai ser indicada oficialmente para o cargo no próximo dia 9 pelo presidente do Conselho de Administração da empresa, o ministro Guido Mantega (Fazenda).

A alteração na chefia da Petrobras, que deve incluir algumas diretorias, indica critério mais técnico na ocupação dos cargos da estatal.

Com a promoção de Foster, à presidência, Dilma pretende aumentar a produção de petróleo da companhia. No passado, o governo reclamou de que a Petrobras não vinha investindo nessa direção.

Funcionária de carreira da estatal desde 1978, a executiva não somente é amiga da presidente da República como enxerga o setor de forma muito parecida com a chefe. A afinidade entre elas deve se traduzir na definição de investimentos, da política energética e sobre quais projetos terão selo prioritário.

Foster será a primeira mulher a presidir a maior empresa da América Latina, com investimentos programados de US\$ 224,7 bilhões até 2015 -incluindo a área do pré-sal.

A proximidade entre Foster e a presidente da República é tão conhecida nos bastidores que um auxiliar do primeiro escalão disse ontem, em tom bem-humorado, que a

Petrobras agora tem sua própria Dilma. As amigas têm estilo semelhante. Além da fama de "durona", são obcecadas por gestão e metas.

A troca foi bem recebida pelo mercado, que vê na entrada dela chance maior de aproximação da estatal com o Planalto, o que poderá agilizar a administração.

As ações da companhia fecharam em alta de 3,60% (ordinárias) e 3,96% (preferenciais), evitando a queda da Bolsa, que encerrou o pregão em tímida valorização de 0,12%. Segundo analistas, a valorização do papel se deveu mais à alta do petróleo em decorrência do embargo internacional contra o Irã.

DEFINIÇÃO NAS FÉRIAS

As relações de Gabrielli com Dilma nunca foram das melhores, desde a época em que a presidente era ministra de Minas e Energia. Discussões acaloradas e gritos mútuos marcaram reuniões presenciadas por terceiros.

Segundo a Folha apurou, a saída de Gabrielli foi negociada entre Dilma e o governador Jaques Wagner durante as férias da presidente na Bahia, no início do mês.

Gabrielli terá a mais longa gestão da companhia. Serão seis anos e nove meses em fevereiro, ultrapassando Joel Rennó, que ficou no cargo por seis anos e cinco meses.

A saída de Gabrielli deverá levar a outras substituições na empresa. Guilherme Estrella, diretor da área de Exploração e Produção, possivelmente será substituído pela principal gerente da área, Solange Guedes, até que a escolhida por Dilma, Magda Chambriard, possa assumir o cargo, em novembro, quando deixa a diretoria da Agência Nacional do Petróleo.

A troca de Estrella por Chambriard seria fruto da insatisfação de Dilma com a atitude da empresa, que alega não haver opção para aumentar a produção mais rapidamente sem acessar o mercado internacional de equipamentos. Isso se choca com a política de conteúdo nacional defendida por Dilma.

Jaques Wagner convidou Gabrielli para ser secretário de Estado na Bahia. Com isso, Wagner fortalece o

correligionário como possível nome do PT para a sucessão do governo baiano em 2014.

Gabrielli, que é economista, é cotado para assumir a Fazenda ou o Planejamento a partir de março, quando o

governador deverá concluir uma reforma administrativa por conta do ano eleitoral.

Colaborou GRACILIANO ROCHA, de Salvador

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Capitalização pune as ações da Petrobras		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Gabrielli vê valor de mercado da companhia recuar em meio a temores de aumento de ingerência política

Lucro e número de funcionários sobem cerca de 50% na gestão do atual presidente da companhia petroleira

DO RIO

O economista José Sergio Gabrielli deixa a Petrobras num momento em que o mercado "pune" a companhia ao dar um preço para suas ações abaixo do potencial de crescimento da empresa.

O motivo é, principalmente, a capitalização realizada em 2010, que, ao aumentar a participação da União na empresa, elevou também a possibilidade de ingerência política em sua gestão.

O resultado é que o valor de mercado da estatal caiu por dois anos seguidos, em 2010 e 2011, embora comece a esboçar reação neste ano.

No fim de 2005, ano em que Gabrielli assumiu, a companhia estava avaliada em R\$ 171,4 bilhões. Com a descoberta do pré-sal, chegou ao pico de R\$ 429,9 bilhões em 2007, segundo a consultoria Econômica.

Fechou 2011 em R\$ 291,6 bilhões -reagiu nos primeiros dias de 2012 e valia R\$ 331,8 bilhões na sexta.

O valor das ações caiu 23% em 2010 e 18,3% em 2011. Gabrielli responsabiliza o recuo ao fato de o mercado não ter compreendido o sentido da capitalização. Ele diz que

a operação foi vital para que a empresa tivesse fôlego para investir no pré-sal.

Em setembro de 2010, a Petrobras fechou a capitalização de US\$ 120 bilhões com a emissão de novas ações. Desse total, US\$ 74 bilhões foram para a União, como pagamento das reservas ainda não licitadas do pré-sal transferidas à estatal.

COMBUSTÍVEIS

Para analistas, no entanto, com maior participação da União, a estatal fica mais sujeita à ingerência política, como nas decisões de segurar o preço dos combustíveis.

Gabrielli era diretor financeiro da estatal e assumiu a presidência quando José Eduardo Dutra deixou o posto para concorrer ao Senado.

Em sua gestão, aumentou o quadro de empregados em 48%, chegando a 80 mil ao fim de 2010. De 2005 a 2010, o lucro subiu quase na mesma proporção: 49%.

Já a produção de óleo cresceu de modo bem mais tímido (9,5% no período) em razão de sucessivos atrasos em entregas de plataformas.

(PEDRO SOARES e DENISE LUNA)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Mudança na estatal pode ser positiva para o investidor		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SAMY DANA

GIOVANNA ORTOLANI

ESPECIAL PARA A FOLHA

A Petrobras confirmou a saída de seu presidente, José Sergio Gabrielli, convidado para assumir uma secretaria na Bahia a convite do governador Jaques Wagner (PT). A atual diretora de Gás e Energia da empresa, Maria das Graças Silva Foster, foi indicada para assumir a posição.

Essa notícia acompanha o fato de que Dilma, a primeira presidente mulher do Brasil, tem a confiança de 59% dos brasileiros, popularidade superior à de Lula em seu primeiro mandato.

O dado foi divulgado pelo Datafolha no último domingo, revelando que o perfil técnico dos burocratas é bem-vindo sob a luz dos investidores. A nova presidente da Petrobras foi apontada em 2010 como uma das 50 executivas mais poderosas do mundo, segundo o jornal inglês "Financial Times".

Foster começou na estatal em 1978 como estagiária de engenharia química e será a primeira presidente mulher da Petrobras. Graça é reconhecida por ser eficaz e rígida, tendo conquistado o posto pelo seu conhecimento técnico e pelo domínio do funcionamento da empresa, para a qual poderá trazer grandes frutos no futuro.

Segundo seus colegas de trabalho, sua marca registrada é o perfeccionismo.

Tendo o apoio da presidente Dilma desde 2003, quando foi secretária de Petróleo e Gás do Ministério de

Minas e Energia, Graça tem um estilo bastante próximo ao da amiga, sendo rígida com quem não atende sua demanda.

A atitude da companhia ao nomear Graça para esse cargo sinaliza que a Petrobras será guiada por fatores técnicos, e não políticos -uma mudança no quadro da presidência que tem sido interpretada com bons olhos pelo mercado.

O fechamento da Bolsa apontou que as ações da estatal apresentaram alta de 3,96% e 3,60%, sendo responsáveis pela alta do índice Bovespa, que fechou o dia em +0,12%.

O mercado aposta no conhecimento técnico da nova presidente, que pretende aumentar a produção no Brasil para 3 milhões de barris por dia em 2015 (ante 2 milhões de barris ao dia produzidos em 2011) por meio de um plano de investimentos de US\$ 224 bilhões.

Os investidores apostam que a bagagem técnica da nova presidente irá conduzir a companhia com uma diretriz de geração de valor para o acionista. O tempo irá confirmar ou não as esperanças do mercado.

SAMY DANA é Ph.D. em finanças e professor da FGV-EESP e GIOVANNA ORTOLANI é graduanda em economia pela FGV-EESP.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Servidores deixam de pagar contribuição sobre adicional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo exclui de cálculo ganho a mais sobre hora extra e trabalho noturno

Para iniciativa privada, porém, nada muda; Receita Federal afirma que regimes seguem regras diferentes

PAULO MUZZOLON

EDITOR-ADJUNTO DE "MERCADO"

O governo excluiu os adicionais de férias, trabalho noturno e hora extra, entre outros, da contribuição previdenciária dos servidores da União -Executivo, Legislativo, Judiciário, autarquias e fundações federais-, mas manteve a cobrança na iniciativa privada. A novidade também não vale para servidores estaduais e municipais.

A medida provisória com a mudança foi publicada no dia 26 de dezembro.

Em nota, a Receita Federal informou que o regime previdenciário dos servidores é "completamente diferente" do Regime-Geral de Previdência Social e que por isso não é possível estender a medida para a iniciativa privada.

Em explicação técnica de dezembro, diz que a medida supre lacunas na lei que deram origem a ações judiciais.

À Folha afirmou que, até 2003, a lei estipulava que a aposentadoria do servidor levaria em conta a remuneração paga "no cargo efetivo", ou seja, excluía os adicionais.

"Com isso, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a contribuição do servidor não poderia incidir sobre parcelas não computadas para o cálculo do benefício", disse.

Em 2003, uma emenda constitucional abriu possibilidade para a inclusão desses valores para fins de

aposentadoria. "A alteração [feita em dezembro] veio apenas para deixar claro que essas verbas somente farão do provento de aposentadoria do servidor se houver a respectiva contribuição", disse. Ou seja, se o servidor optar por fazer o recolhimento previdenciário sobre os adicionais, o que está previsto na MP de dezembro.

A Receita disse ainda que não há essa flexibilidade para a iniciativa privada, já que a lei estabelece que os ganhos do empregado serão incorporados ao salário para efeitos de contribuição e de benefícios previdenciários.

DUAS MEDIDAS

Para o advogado Fabio Medeiros, do Machado Associados Advogados e Consultores, porém, o governo decidiu com "um peso e duas medidas", já que empresas também questionam a contribuição sobre os mesmos adicionais na iniciativa privada.

"A natureza da questão é a mesma tanto para trabalhadores quanto para servidores: a contribuição apenas sobre a renda do trabalho", afirma. Como a União deixou de cobrar os valores do servidor, também não recolhe mais essas contribuições. "Não deve haver um peso e duas medidas, sobretudo em campo tributário", reclama Medeiros.

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, afirmou que irá apresentar uma emenda à MP garantindo o fim da cobrança para todos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma quer expandir financiamento para <u>exportações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Leo

Em 15 dias, a presidente Dilma Rousseff quer receber de seus ministros e dos presidentes do Banco do Brasil e do BNDES um novo modelo de financiamento às exportações, para estimular as vendas brasileiras ao exterior e dar apoio a negócios nos países da América do Sul e na África, segundo informou ao Valor um de seus ministros.

Entre as medidas já em estudo está a mudança nos procedimentos da principal linha oficial de financiamento a exportações, o Proex, para apressar a liberação de recursos e fornecer linhas de crédito a pequenas e médias empresas.

Dilma disse aos presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendini, e ao presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, que quer a ampliação da rede de bancos oficiais no exterior, para apoio às empresas brasileiras. O BB já vem expandindo as operações internacionais, com compra de bancos menores na Argentina e EUA. O **BNDES** tem uma subsidiária em Londres e uma representação em Montevidéu.

Por ordem de Dilma, a equipe econômica estuda também mudanças para facilitar os chamados empréstimos concessionais, a fundo perdido, para países de menor grau de desenvolvimento.

Dilma estabeleceu prazo de 15 dias para que os ministros da área econômica lhe tragam um documento com as metas de cada Ministério e como pretendem chegar a elas. Preocupada com as previsões de queda no saldo da balança comercial e na perda de participação das manufaturas nas exportações, a presidente acredita que o acesso ao crédito pelos exportadores é um dos principais mecanismos para mudar o quadro, embora os técnicos reconheçam que o financiamento às exportações, sozinho, não garante elevações expressivas no total exportado.

Até março deve estar em operação pelo menos parte dos novos modelos de financiamento, em debate pelo sete Ministérios reunidos no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), vinculado à Camara de Comércio

Exterior (Camex). Segundo um dos participantes da discussão sobre os mecanismos de apoio às exportações, as mudanças afetarão parte limitada das exportações brasileiras, já que em torno de 70% das vendas ao exterior são compostas por commodities, mercadorias de preço em geral negociado em bolsas de mercadorias.

O alvo de Dilma são as exportações de manufaturas e o apoio aos negócios com países sul-americanos e africanos, que ela considera prioritários - os países de menos recursos serão objeto de atenção especial, para permitir crédito oficial a vendas de maior valor agregado por empresas brasileiras.

Nos últimos meses, os técnicos fizeram uma revisão nos procedimentos do Proex para avaliar os motivos das eventuais demoras na liberação dos recursos e criar medidas para encurtar prazos e simplificar procedimentos.

Em grande parte dos casos, não há demora na liberação, mas na própria montagem da operação financeira, negociada entre o exportador, o **BNDES** e a seguradora, após a confirmação do negócio com o comprador no exterior. Nesse item, o governo deve criar procedimentos para que os pedidos de financiamento cheguem ao Cofig mais detalhados, seguindo a experiência com a Embraer, que revisou as etapas das negociações de financiamento para melhorar a formatação das operações submetidas ao **BNDES**.

Os créditos do Proex a pequenas e médias empresas têm enfrentado dificuldades jurídicas e provavelmente será necessário um projeto de lei para permitir a oferta de linhas de financiamento às companhias desse porte, hoje obrigadas a submeter cada operação à análise de órgãos do governo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Computador casca-grossa atrai atenção de fabricantes		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Equipamentos

Preço de máquinas pode chegar a R\$ 25 mil no Brasil

Gustavo Brigatto

Computadores finos e leves, como os ultrabooks e os tablets, têm sido a principal aposta dos fabricantes nos últimos anos. Esses equipamentos seduzem o consumidor com seu peso reduzido - um atrativo e tanto para quem precisa carregá-los de um lado para outro - e o design sofisticado. Mas há mercado para um tipo de dispositivo muito diferente: em vez de delgado, o aparelho exibe um corpo parrudo, e se a aparência não é seu forte, ele resiste à chuva, a quedas, à poeira e ao calor. Sim, o computador 'casca-grossa' também tem seu charme.

Não há dúvida que o mercado para esses equipamentos resistentes é bem menor que o de produtos ultrafinos. Mas a limitação do público-alvo - os compradores tradicionais são empresas, ou profissionais que precisam usar o equipamento em ambientes hostis, como chão de fábrica, instalações militares, plataformas de petróleo, siderúrgicas etc - acaba funcionando como um fator de atração para fabricantes como a japonesa Panasonic, a inglesa Getac, a americana Dell e a brasileira Semp Toshiba. As compras, nesses casos, são uma necessidade - e não resultado de uma compra por impulso.

O preço é outro atrativo: um 'casca-grossa' custa a partir de R\$ 4,3 mil no Brasil, e pode chegar a R\$ 25 mil. Nos Estados Unidos, o custo passa dos US\$ 2 mil. Com isso, companhias como a Panasonic conseguem fazer bons negócios: só nos EUA, a empresa japonesa soma vendas de US\$ 800 milhões com esses equipamentos por ano. A maioria das compras é feita por forças policiais e pelo Exército. Para o comprador, a vantagem, segundo fabricantes, é a redução nos custos de manutenção.

Se o seu computador quebra dentro do escritório, é fácil ligar para o suporte e solucionar o problema. Mas se um policial está na rua, fazer essa manutenção é mais difícil. Você precisa de um equipamento com maior resistência, diz ao Valor Hide Harada, da unidade de negócios de produtos de tecnologia da informação (TI) da Panasonic. Harada

supervisiona a fabricação da linha Toughbook, o computador resistente da companhia.

Apesar da aparência de um notebook dos anos 80, os casca-grossas têm toda a tecnologia de produtos de última geração, aliada a baterias que podem durar até 16 horas e estruturas que aguentam o tranco. Harada diz que no Japão uma versão mais simples do equipamento, batizada de Let'snote, é muito usado por jornalistas. Os profissionais japoneses usam muito o transporte público, por isso precisam de um equipamento resistente, com boa duração de bateria, para não precisar carregar muitos acessórios, diz.

No Brasil, além da Panasonic, as máquinas são vendidas pela Dell e Semp Toshiba. Procuradas, as duas empresas não encontraram porta-vozes para comentar o assunto.

Segundo Harada, apesar de incipiente, o mercado local tem um grande potencial nos próximos anos. Entre os principais alvos, o executivo cita concessionárias de serviços públicos, empresas do segmento de petróleo e gás e o setor público. No fim do ano passado, a companhia vendeu 60 máquinas à Polícia Militar Rodoviária do Paraná.

O negócio fez parte de um projeto que também incluiu a compra de impressoras resistentes e um software específico para uso pela corporação. De acordo com João Alberto Simões, gerente da linha Toughbook no país, a companhia também fechou contrato com uma grande empresa privada, cujo nome será revelado em breve.

Quando foi lançada oficialmente no Brasil, no fim de 2010 e depois de mais de uma década de existência no exterior, a linha Toughbook tinha uma base instalada de cinco mil unidades no país, que eram importadas indiretamente. Desde então, com investimento em pessoal e estrutura de suporte local, o número cresceu entre 10% e 20%. Para os próximos cinco anos, o objetivo é manter taxas de crescimento entre 20% e 25%, diz Harada.

Os equipamentos serão importados. Segundo o executivo, ainda é cedo para pensar na produção local dos Toughbooks. É que à exceção de alguns componentes, como processador e disco rígido, os demais componentes são fabricados pela própria Panasonic no Japão. Criar linhas de

produção no Brasil exigiria investimentos complementares para a fabricação de placas e no controle de qualidade dos

computadores. E com a demanda atual, isso não se justifica, diz Harada.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Mudanças na Integração tensionam relação de aliados		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Bezerra tenta evitar desgaste com PMDB

Gerson Camarotti

BRASÍLIA. O diretor-geral do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), Elias Fernandes Neto, entrou na mira do Palácio do Planalto. Apesar da forte movimentação política do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), para manter o seu afilhado no cargo, há decisão do governo de fazer, o mais rapidamente possível, uma mudança completa não só no Dnocs, mas também na Codevasf (Companhia de **Desenvolvimento** dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e também na Sudene (**Superintendência do Desenvolvimento** do Nordeste), órgãos que são foco de auditoria e todos subordinados ao **Ministério** da Integração Nacional.

Para evitar uma crise entre o PSB e o PMDB e efetuar as mudanças sem grandes traumas políticos, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho (PSB), esteve recentemente com o vice-presidente Michel Temer (PMDB). Até 2010, o PMDB estava no comando do **Ministério**, passado ao PSB pela presidente Dilma Rousseff, no início de 2011. As denúncias de irregularidades apontadas pelo relatório da CGU, e que ocorreram na gestão do PMDB, estão acirrando o clima entre os dois partidos.

A substituição de Elias Fernandes é considerada a mais delicada, por causa da pressão de Henrique Alves, um líder fiel e aliado ao Palácio do Planalto. O governo argumenta que é melhor fazer a substituição agora do que esperar um momento de fragilidade maior da autarquia. Nos últimos dias, Henrique Alves saiu em defesa do seu afilhado político.

- Assumo por inteiro a indicação de Elias Fernandes, em nome do Rio Grande do Norte. A CGU é um órgão opinativo. O que o Dnocs fez foi correto. Essa é uma obra licitada em 2002 - afirma Henrique Alves, em referência aos tubos superfaturados do projeto de irrigação em Tabuleiro de Russas (CE).

Não é só Henrique Alves que quer proteger o seu afilhado político. O PMDB do Ceará no Congresso - formada por cinco deputados e o senador Eunício Oliveira - não

concorda com a demissão, publicada ontem no Diário Oficial da União, do diretor de Administração do Dnocs, Albert Gradwohl, que era uma indicação cearense.

Para tentar contornar o desgaste político, o ministro Fernando Bezerra também chamou para uma conversa o deputado Danilo Forte (PMDB-CE). Bezerra confirmou que iria manter o processo de reestruturação do Dnocs.

- O ministro foi claro e disse que a reestruturação do Dnocs vai continuar. Essa mudança passa por uma análise conjunta da bancada do PMDB. Temos que avaliar a relação da bancada com o governo para que não haja distorção em relação aos técnicos indicados pelo partido - advertiu Danilo Fortes.

Além do clima ruim entre PMDB e PSB, há também uma disputa entre os próprios peemedebistas. O episódio criou forte contrariedade na bancada do partido, que critica o fato de o líder Henrique Alves só ter atuado para preservar Elias Fernandes no Dnocs.

- Isso é briga de cargos, já que Fernando Bezerra está em cima do PMDB para tomar conta do Dnocs. Nesse caso, Henrique Alves preferiu perder os anéis para preservar os dedos. Ele só brigou para preservar Elias Fernandes, que está na linha de tiro. O PMDB tem respeitado os cargos dos aliados, mas tem gente que quer pegar os cargos do PMDB - reconhece o vice-líder do governo no Congresso, deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA).

O desafio do ministro Fernando Bezerra é, agora, convencer o PMDB da necessidade da demissão de Elias Fernandes - antes que a situação dele piore -, sem criar, com isso, uma crise política com o principal aliado do governo Dilma. O que significa que o partido será compensado de outra forma.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Após escândalos em <u>Ministérios</u>, Dilma cobra '<u>monitoramento on-line</u>'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente pede sistema que permita ver execução de gastos em tempo real

Luiza Damé

Catarina Alencastro

BRASÍLIA. Após ver o primeiro ano de seu mandato marcado por desvios e desmandos em contratos com empreiteiras e convênios com ONGs que vinham do governo Lula, a presidente Dilma Rousseff determinou ontem aos seus ministros, na primeira reunião ministerial do ano, que os programas de governo tenham monitoramento on-line e, preferencialmente, em tempo real. Ao final de cinco dias de reuniões setoriais, quando cobrou ações de todas as áreas do governo, Dilma, numa fala de 30 minutos, disse que quer acompanhar tudo de perto, e que esse monitoramento faz parte de "um projeto revolucionário, progressista e indispensável" à reforma do Estado.

Segundo o porta-voz da Presidência, Thomas Traumann, os Ministérios têm até metade do ano para apresentar sistemas de acompanhamento das ações. Dilma frisou, segundo ele, que não se trata de reformar o Estado com demissão de servidores ou perda de direitos previdenciários, mas com a gestão mais profissional e meritocrática.

- A ideia é que todos os gastos, todas as ações do governo possam ser vistas e monitoradas e, portanto, cobradas na hora. Vamos imaginar que convênios com prefeituras, com ONGs, passam a ter informação de quando foi feito, o que está sendo feito e tenha cobrança direta em relação aos gastos públicos. Isso não é uma questão de reforma de Estado. É como fazer com que o Estado preste serviços melhores para a população - explicou Traumann.

A presidente abriu a reunião. Depois, falaram o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O secretário-executivo do Ministério da Previdência, Carlos Gabas, apresentou o sistema de monitoramento adotado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), modelo que inspirou a determinação de Dilma.

O porta-voz disse que os dados poderão ser divulgados, mas o acesso ao sistema de monitoramento será dos membros do governo. A intenção, segundo Traumann, é melhorar os serviços prestados à população:

- A questão é: o que está sendo gasto hoje, o que você pode corrigir.

Na reunião, Tombini fez uma apresentação sobre crise internacional. Disse que o crescimento do PIB deve se acelerar em 2012, "sobretudo no segundo semestre, com a inflação em trajetória descendente e com rumo ao centro da meta".

Após a reunião, Mantega disse que em meados de fevereiro o governo definirá o tamanho do corte no Orçamento de 2012, mas sinalizou que o valor será menor do que R\$70 bilhões: entre R\$50 e R\$55 bilhões.

Ele afirmou que os cortes não atingirão o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, as obras de infraestrutura e da Copa de 2014, nem a área social. Serão no custeio da máquina pública. Segundo Mantega, será necessário fazer cortes para garantir o superávit primário de 3,1% do PIB.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Na despedida de Haddad, Dilma defende Enem		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente diz que exame, alvo de ações judiciais, é "exemplo de determinação" do ministro, que disputará eleição em SP

Luiza Damé, Catarina Alencastro e Demétrio Weber

BRASÍLIA e SÃO PAULO. Ao comemorar ontem a concessão de um milhão de bolsas do programa Universidade para Todos (ProUni), a presidente Dilma Rousseff aproveitou para defender o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que tem sido alvo de ações na Justiça. Ela fez elogios ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que deixará o cargo hoje para disputar a prefeitura de São Paulo pelo PT. Dilma afirmou que o Enem é a forma mais democrática de acesso ao ensino superior e passará a ser realizado duas vezes por ano a partir de 2013 - o que antes estava previsto para ocorrer já em 2012.

O evento no Palácio do Planalto marcou a despedida de Haddad do cargo. Hoje, ele transmitirá o comando da pasta a Aloizio Mercadante, que sairá do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dilma enalteceu a Haddad diante de 23 outros ministros.

- É muito **importante** aqui fazer a defesa do Enem como a forma mais democrática de acesso dos jovens brasileiros ao ensino universitário. Acredito que o Enem é um exemplo da determinação do ministro Fernando Haddad, no sentido de assegurar uma transformação e uma deselitização do ensino universitário no nosso país - disse Dilma.

Em entrevista, Dilma prometeu fazer duas edições do Enem em 2013. Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) cancelou a edição de abril, que seria a primeira deste ano. Assim, haverá só um Enem em 2012, dias 3 e 4 de novembro.

- Nós avaliamos que melhoramos (o Enem) e vamos melhorá-lo ainda mais. E fazer depois, no ano que vem, duas

edições. Isso em concordância com o ministro e por sugestão do ministro - afirmou a presidente.

Os resultados do Enem são usados para selecionar os bolsistas do ProUni desde 2004. Em troca de isenções fiscais, cerca de 1.300 instituições privadas atendem estudantes de baixa renda em 1.354 municípios. Em 2009, o Enem foi reformulado e passou a selecionar candidatos também a vagas em universidades federais.

Em seu novo formato, as três edições do Enem apresentaram problemas: de furto e vazamento de questões a falhas de impressão. O peso da nota de redação e a impossibilidade de que participantes tenham acesso à correção dos textos motivou ações judiciais do Ministério Público Federal e de estudantes.

Lula vai ao ato

de transmissão de cargo

Haddad usou o exemplo do ProUni para defender o novo Enem - ambas iniciativas concebidas durante sua gestão:

- Em 2004, não li um único artigo defendendo o ProUni nos jornais - discursou Haddad. - Guardadas as proporções, é que nem o Enem hoje: apanha todo santo dia.

O Instituto Cidadania confirmou ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da transmissão do cargo no MEC. Antes, ele deverá passar pela 14ª sessão de radioterapia,, parte do tratamento contra o câncer na laringe, no Hospital Sírio-Libanês de São Paulo.

COLABOROU: Aduari Antunes Barbosa

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Mercadante trocará comando do Inep		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mudança será a quarta em quatro anos; órgão é responsável pelo Enem

BRASÍLIA. O novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que toma posse hoje, vai trocar o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelo Enem. A atual presidente do Inep, Malvina Tuttman, deixará o cargo. Ela deverá ser substituída pelo atual secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa.

A troca de presidente do Inep tem sido rotina desde que o exame foi reformulado, em 2009, para substituir vestibulares em universidades federais. Costa será o quarto titular do instituto neste período. Coincidentemente, em 2012 o novo Enem será realizado pela quarta vez, o que dá a média de um presidente por ano.

Malvina assumiu o cargo em janeiro de 2011. Ontem, ela evitou falar sobre a iminente saída:

Vamos aguardar o novo ministro - disse Malvina.

Dilma faz crítica

indireta ao governo FH

Mercadante vai se reunir com o secretariado do MEC amanhã. Permanecerão o secretário-executivo, José Henrique Paim Fernandes; o presidente do Fundo Nacional de **Desenvolvimento** da Educação (FNDE), José Carlos de

Freitas; a secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Cláudia Dutra; e o secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Luís Fernando Massonetto, muito ligado a Fernando Haddad. Outro que pode continuar é o presidente da Capes, Jorge Guimarães.

Ontem, a presidente Dilma Rousseff elogiou Haddad por sua concepção de que é preciso melhorar simultaneamente o ensino, desde a creche até a pós-graduação, sem privilegiar etapas. Embora não tenha citado nomes, a crítica teve como alvo o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que considerava necessário focar no ensino fundamental, sem ampliar gastos nos ensinos técnico e superior.

- Era rebaixar por baixo - criticou Dilma, interrompendo o discurso, ao perceber o que acabara de dizer: - Rebaixar por baixo é dose, né, gente?

Em seguida, justificou o tropeço, dizendo que estava cansada devido à sequência de reuniões setoriais nos últimos dias. (Demétrio Weber)

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Suape perde linha direta com a Ásia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Hamburg Süd-Aliança/Maersk suspendeu a linha de navegação direta entre a Ásia e o Porto de Suape. Lançado há apenas quatro meses, o serviço foi interrompido em função da crise econômica global. O último navio atracou no complexo no último dia 5. Desde que foi iniciada, a linha contribuiu para aumentar as operações de transbordo (quando um navio grande atraca no porto e redistribui a carga para embarcações menores, que seguirão para outros destinos) do Tecon Suape.

O gerente da Hamburg Süd no Nordeste, Norbert Bergmann, diz que o valor do frete não acompanhou o aumento de custos, principalmente os reajustes nos preços dos combustíveis. “Isso sem falar nos reflexos da crise econômica nos negócios das companhias marítimas”, reforça o executivo, afirmando que dependendo do comportamento do mercado o serviço poderá ser retomado no segundo semestre.

Geralmente, as linhas que vêm da Ásia fazem transbordo no Panamá, em Santos (SP) ou em Sepetiba (no Rio de Janeiro). Com a nova linha, parte desse transbordo migrou para Suape. De acordo com o presidente do Tecon Suape, Sérgio Kano, o principal destino da carga era a Zona Franca de Manaus.

Em 2011, as operações de transbordo registraram a maior participação nos 10 anos de história do Tecon. O volume mais que dobrou, com a participação saindo de 11% em 2010 para 23%. O volume de transbordo que antes não passava de 37 mil TEUs (unidade padrão para um contêiner

pequeno, de 20 pés), chegou a 100 mil no ano passado. A perspectiva é que outra linha direta com a Ásia seja suspensa, a do armador China Shipping, que também começou a operar no ano passado, com escala em Suape.

MEDITERRÂNEO

Em tempos de crise para as companhias marítimas, a Hamburg Süd e a MSC decidiram unificar seus serviços para o Mediterrâneo e a Costa Leste da América do Sul. O serviço, que começou a operar este mês, será realizado por oito navios com capacidade para 5.900 TEUs (unidade para um contêiner pequeno, de 20 pés), sendo um da Hamburg Süd e os outros sete pela MSC.

“A novidade é que a linha terá uma parada no Porto de Tangier, no Marrocos”, diz Norbert Bergmann. O novo serviço inclui o Porto de Suape. O novo serviço permitirá uma cobertura mais abrangente dos portos na América do Sul e se conectará às rotas da Hamburg Süd do Leste do Mediterrâneo e Meio Oeste através do porto marroquino de Tangier.

	VEÍCULO G-1		EDITORIA
	TÍTULO Trabalhadores da Embrapa AM são mantidos em cárcere, diz sindicato		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Denúncia se refere ao campo situado em Presidente Figueiredo

Sindicato se reuniu com a diretoria da Embrapa nesta sexta-feira (19).

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e **Desenvolvimento** Agropecuário (Sinpaf), denunciou no dia 13 de janeiro que trabalhadores estariam sendo mantidos em cárcere privado no Campo Experimental do Distrito Agropecuário da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), da Embrapa **Amazônia** Ocidental, situado em Presidente Figueiredo, a 117 km de **Manaus**.

De acordo com o Sinpaf, os trabalhadores são obrigados a passar noites entre segunda e sexta-feira isolados em campo, privados de convívio social e familiar e sem atendimento médico. Ainda segundo o sindicato, a situação veio à tona após um filiado da organização sindical se desentender com um funcionário terceirizado da Embrapa em horário fora do expediente de trabalho, que gerou a suspensão irregular do trabalhador.

A situação foi apurada pela presidente da Seção Sindical Embrapa **Amazônia**, Simone Alves, que constatou, por meio do ocorrido, a manutenção dos trabalhadores em isolamento. "Descobrimos que eles são obrigados a passar as noites lá para que a empresa não gaste com transporte. Além disso, são usados para vigiar o campo experimental. O que caracteriza desvio de função. Não ganham hora de sobreaviso nem hora extra", informou. Ainda segundo a sindicalista, os trabalhadores são obrigados a cozinhar a própria comida, em regime de revezamento.

O Sinpaf entrou com denúncia no **Ministério** Público do Trabalho do **Amazonas** (MPT/AM), nesta quinta-feira (12). De acordo com informações do MPT/AM, uma denúncia já havia sido feita e a Embrapa havia assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) se comprometendo a regularizar a situação.

Uma carta foi enviada, pelo sindicato, ainda no mês de dezembro, ao chefe da Embrapa **Amazônia** Ocidental exigindo providências imediatas para transporte diário dos funcionários, pagamento das horas extras prestadas nos

últimos cinco anos e contratação de uma empresa que forneça refeição aos trabalhadores. Foi estabelecido também um prazo de 15 dias para que a empresa dê retorno ao sindicato.

O sindicato exigiu também a anulação da suspensão disciplinar irregular emitida ao filiado já que a medida foi tomada sem que houvesse prévio processo administrativo, conforme determina o Acordo Coletivo de Trabalho. "A parte punida não foi ouvida. Não houve agressão, mas um desentendimento causado por uma situação limite que esgota os trabalhadores. Está claro também que faltou habilidade por parte do supervisor", afirmou a presidente do Sinpaf.

Na reunião, ocorrida nesta sexta-feira (19), a diretora-executiva da Embrapa considerou inadequada e desrespeitoso o uso do termo "cárcere privado" ao se referir a situação dos trabalhadores. A empresa citou um vocabulário jurídico para explicar que "a expressão é usada para designar a prisão forçada ou injusta de uma pessoa em casa particular, sem que se atribua a ser autor direito ou jurisdição para semelhantes ato". Sobre as demais denúncias, a diretoria solicitou análise da situação local para posterior posicionamento oficial.

Nota de esclarecimento

A diretora-presidente em exercício da Embrapa, Vânia Castiglioni, através de nota oficial salientou que a Embrapa é uma empresa pública que prima pela observância da legislação vigente e pelo bem estar de seus trabalhadores. Leia a íntegra da nota.

Reportando-se à matéria publicada no site do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e **Desenvolvimento** Agropecuário (Sinpaf) em 13/01/2012 sob o título "trabalhadores são mantidos em situação análoga à de cárcere privado em campo da Embrapa **Amazônia** Ocidental".

Segundo Vânia Castiglioni, "Cárcere privado", segundo De Plácido e Silva, "é a expressão usada para designar a prisão forçada ou injusta de uma pessoa em casa particular sem que se atribua a seu direito ou jurisdição para semelhante ato. [...] a lei penal (art. 148) pune o autor de semelhante

ofensa com a pena de reclusão, considerando-o crime equiparado ao sequestro".

Após a publicação da referida matéria, foi realizada uma reunião na quinta-feira (19) com o sindicato e, após ouvi-lo, a primeira consideração feita pela diretora foi o repúdio à forma inadequada e desrespeitosa do sindicato ao se referir à Embrapa, que não realiza prática de cárcere privado em quaisquer de suas instalações.

Sobre as demais afirmações contidas na matéria, a diretora solicitou análise da situação local para posterior posicionamento oficial. Vânia Castiglioni reafirma o compromisso da diretoria - executiva da Embrapa com todos os empregados, em buscar melhorias constantes para as condições de trabalho na empresa. reforça, ainda, a disposição da Embrapa em dialogar com o sindicato tendo por base o respeito mútuo entre as instituições.

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Balança tem terceiro déficit seguido no ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

A balança comercial brasileira registrou o terceiro déficit seguido do ano. Na terceira semana do mês, o saldo ficou negativo em US\$ 579 milhões. O número é resultado de US\$ 3,206 bilhões em exportações e de US\$ 3,785 bilhões

em importações. A média diária das vendas externas foi de US\$ 641,2 milhões na semana em questão. Nas importações, a média diária ficou em US\$ 757 milhões. No ano, a balança comercial acumula déficit de US\$ 1,273 bilhão.

	VEÍCULO MANAUS ON LINE		EDITORIA
	TÍTULO Comitivas internacionais visitam <u>PIM</u> e <u>SUFRAMA</u>		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Márcio Gallo, Superintendência da Zona Franca de Manaus

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) vai receber, no final de janeiro, duas comitivas internacionais. A primeira, no dia 26, organizada pela Anver - Associação Italiana das Empresas de Pinturas Industriais - com o apoio da Empresa Especial da Câmara de Comércio de Milão (Promos), e conta com a participação de um grupo de empresários europeus. Na ocasião será organizado um workshop no auditório Floriano Pacheco, na sede da autarquia, onde palestrantes da comitiva vão expor técnicas que visam o aprimoramento do trabalho realizado por indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM). Durante a

visita, os empresários terão a oportunidade de conhecer o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

Também está programada, para os dias 26 e 27 deste mês, a visita de um grupo de alunos e professores do curso de Comércio Exterior e Administração da Universidade de Zurich, da Alemanha. A comitiva, que conta com um total de 60 pessoas, percorrerá fábricas do PIM e conhecerá a sede da SUFRAMA, onde participará de uma palestra ministrada pela Coordenadora Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da autarquia, Ana Souza, que discorrerá sobre o modelo ZFM.

As visitas são resultado das ações estratégicas da autarquia para dar maior visibilidade internacional ao PIM.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Longe das metas, fundos de pensão assumem mais risco		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sem cumprir a meta atuarial no ano passado, de 12,44%, muitos fundos de pensão iniciaram 2012 propensos a trocar parte da carteira de títulos públicos por ativos de maior risco - e maior rentabilidade. A combinação de juros em queda e inflação acima do centro da meta de 4,5%, que frustrou os resultados das fundações em 2011, deve se repetir neste ano e forçá-las a deixar a comodidade proporcionada pelos papéis do governo. Nos últimos dez anos, os fundos de pensão não alcançaram a meta atuarial, de INPC mais 6%, em 2002, 2008 e 2011

Fundos de pensão não batem suas metas e ampliam o risco

Por Marcelo Mota e Thais Folego | Do Rio e de São Paulo

O cenário de juro baixo e inflação ainda acima do centro da meta para este ano promete tirar de vez as fundações da comodidade oferecida pelo alto rendimento dos títulos públicos. Com as políticas de investimentos passadas em revista após um ano em que a maioria não bateu a meta atuarial - rentabilidade mínima necessária para garantir o pagamento futuro dos benefícios -, os fundos de pensão começam 2012 dispostos a trocar parte dos títulos públicos em carteira por ativos de maior risco. E maior rentabilidade.

Nos últimos dez anos, os fundos de pensão não bateram suas metas atuariais em três ocasiões: 2002, 2008 e 2011. Em 2008, ano da eclosão da crise financeira, a rentabilidade das fundações foi negativa em 1,62%, enquanto o INPC mais 6%, meta atuarial usada pela maioria dos planos fechados de previdência, foi de 12,87%. Antes disso, em 2002, ano da crise argentina e da eleição de **Lula** no Brasil, a rentabilidade foi de 16,6%, ante meta de 21,62%.

Até setembro do ano passado, último dado da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a rentabilidade era de 4,43%, enquanto o INPC mais 6% era de 9,28% no mesmo período. Naquele mês, a Abrapp já admitia que as fundações não conseguiriam atingir suas metas no ano.

"O conforto da renda fixa acabou", decreta Eustáquio Lott, diretor **Superintendente** da Valia, fundo de pensão dos

funcionários da Vale. Lá, a meta é reduzir o percentual de títulos públicos de sua carteira de R\$ 14,6 bilhões dos atuais 62% para 57%, num horizonte de cinco anos.

No lugar, entram aplicações em imóveis e investimentos estruturados, como Fundos de Investimento em Participações (FIPs). Segundo Lott, os FIPs representam 2,5% da carteira da fundação e devem mais que dobrar nos próximos cinco anos, para até 6%. O foco é em projetos de infraestrutura e em fundos que visem ganho por meio da implementação de governança corporativa em companhias fechadas. Em imóveis, a Valia pretende sair de 5,9% para até 8%.

Segundo os últimos dados da Abrapp, de junho de 2011, os recursos das fundações estavam distribuídos da seguinte forma: 60,9% em renda fixa, 30,4% em renda variável, 3,1% em imóveis, 2,6% em empréstimos para participantes, 2,6% em investimentos estruturados, 0,1% em investimentos no exterior e 0,2% em "outros". Até junho, o setor acumulava R\$ 565 bilhões em ativos.

Com a queda de 18,1% do Ibovespa no ano passado, as fundações estão focando na aquisição de participações mais relevantes em empresas de capital aberto. É o caso da Petros, dos funcionários da Petrobras, que está atenta às "pechinchas. A fundação busca replicar a compra de participação dos cerca de 12% que fez via bolsa na Itaúsa, holding de participações não-financeiras do grupo Itaú, no apagar das luzes de 2010.

Segundo Carlos Santos, diretor de investimentos da fundação, com a cena internacional mais acomodada e a força do consumo no Brasil, a perspectiva é de valorização dos ativos. Mesmo assim, não há pressa para encontrar o que a Petros procura.

"Ainda tem um "gap" entre os fundamentos e a leitura que o **mercado** faz dos ativos. Por mais um ou dois anos vamos ver boas oportunidades na bolsa."

Com 35% de seu patrimônio de R\$ 54 bilhões em renda variável, a fundação também vai atuar no ajuste mais fino de sua carteira de giro, de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Ainda que se procure manter a diversificação, a ideia é ter pelo menos 1,5% de cada papel. "Ou faço exposição maior, ou saio do papel", diz Santos.

No Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas, há espaço para crescer em bolsa, dos atuais 17,1% para até 20% do patrimônio de R\$ 9,2 bilhões, no seu principal plano. O salto, porém, será dado em investimentos estruturados, que ainda este ano devem sair de 1,2% para pelo menos 6%. Com sorte, a Real Grandeza irá a 7%, mas para isso precisa encontrar projetos que atendam os seus critérios, segundo o diretor de investimentos do fundo, Eduardo Garcia.

A fundação reserva um cacife de R\$ 640 milhões para fundos de participações (FIPs). Em 2011, só conseguiu encontrar dois fundos para investir, um de óleo e gás e outro de logística de portos. Enquanto não encontra projetos, os recursos são aplicados em operações compromissadas.

Na Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, que tem patrimônio de R\$ 150 bilhões, a bolsa não mete medo. De acordo com a política de seu principal fundo, o limite máximo de aplicação em renda variável é de 63% do patrimônio. Hoje, essa fatia já gira ao redor de 60%, e, segundo o diretor de planejamento, Vitor Paulo Camargo Gonçalves, a queda da bolsa não feriu muito a performance, pois a carteira não é atrelada ao Ibovespa. Ainda assim, para 2012 a fundação tem perspectiva positiva para o índice.

Além de apostar em ações a longo prazo, a Previ quer **aumentar** sua rentabilidade com investimentos imobiliários. A carteira pode se ampliar de aproximadamente 4% para 6% do total, mas a partir de agora a Previ quer também diversificá-la. "Vamos atrás de fundos de investimento para buscar descentralização no país. [Nossa carteira] está muito concentrada em Rio e São Paulo", diz Camargo Gonçalves.

A Fundação Cesp, dos funcionários da companhia de energia elétrica, conseguiram bater sua meta de 2011, de IGP-DI mais 6% (equivalente a 11,3%) justamente por seus ganhos com títulos de dívida emitidos por empresas e bancos (crédito privado), participações societárias relevantes e

imóveis. "Pelos cálculos preliminares, devemos fechar 2011 com rentabilidade de 13,2%", diz Jorge Simino, diretor de investimentos do fundo.

Para este ano, o plano é continuar a investir em crédito privado e mudar um pouco a alocação em renda variável, aumentando a aposta em carteiras de dividendos. A política de investimentos da fundação prevê alocação de até 28% dos ativos em renda variável. Hoje, a participação é de 22,4%. "Em crédito privado o desafio é buscar taxa mantendo a qualidade de crédito", diz Simino.

Simino espera um ano positivo para renda variável. "Os múltiplos das ações não estão esticados e as expectativas sobre o lucro das empresas estão mais realistas", avalia o diretor. Ele lembra que em 2011 os analistas começaram o ano muito otimistas e, ao longo dos meses, foram diminuindo as previsões para o lucro das empresas. "Este ano o mercado está mais pessimista e as revisões devem ser para cima."

No caso da Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF), a ampliação da alocação em renda variável será pequena, em torno de 2 pontos percentuais, e, ainda sim, apenas para os planos mais novos, que concentram participantes mais jovens e vão receber benefícios num prazo mais longo. Para se preparar para a queda da Selic, desde 2004 a fundação tem mudado o perfil da carteira de títulos públicos. "Naquele ano nossa carteira era 50% atrelada à Selic. Hoje são 8%", conta Demóstenes Marques, diretor de investimentos.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Restos a pagar' em 2012 somam R\$ 140 bilhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Governo Federal** deixou para este ano R\$ 140,9 bilhões em despesas de custeio e investimentos de exercícios anteriores, os chamados "restos a pagar". São quase 10% mais que os R\$ 128,7 bilhões do começo de 2011, confirmando o gigantismo assumido nos últimos anos por essa rubrica, que vários economistas classificam como um "orçamento paralelo"

União deixa para este ano restos a pagar de R\$ 140,9 bi

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

O **Governo Federal** deixou para 2012 um saldo de R\$ 140,9 bilhões de despesas de custeio e investimento de exercícios fiscais anteriores, os chamados restos a pagar. O valor é quase 10% superior aos R\$ 128,7 bilhões registrados no começo do ano passado, confirmando o gigantismo assumido nos últimos anos pelos restos a pagar, que vários analistas classificam como um orçamento paralelo.

Em 2005, os valores não chegavam a R\$ 22 bilhões, segundo levantamento do economista Mansueto Almeida, feito com base em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do **Governo Federal** (Siafi).

Especialista em contas públicas, Mansueto diz que os restos a pagar têm cada vez mais importância na execução fiscal no Brasil. Em 2011, quase 60% dos R\$ 43,9 bilhões de gastos com investimentos pela União se referiram a restos a pagar. Nos últimos seis anos, em média 53% do valor investido pelo **Governo Federal** veio de recursos de exercícios fiscais anteriores.

"Isso torna menos transparente o processo orçamentário", diz Almeida. Ele lembra que deputados e senadores passam várias sessões no Congresso discutindo o que será prioridade de investimento no próximo ano, quando na verdade mais da metade do que será realmente gasto foi decidido em anos anteriores. Na lei orçamentária de 2012, por exemplo, os investimentos previstos para este ano somam R\$ 80,3 bilhões, sem contar os R\$ 57,2 bilhões de restos a pagar de outros anos.

Como os números do Siafi apontam para um valor investido pela União de pouco menos de R\$ 44 bilhões em

2011, fica claro que os valores estão inflados, e que parte significativa dos investimentos previstos no Orçamento deste ano vão se transformar em restos a pagar em 2013. Empurrar despesas de um ano para o outro pode ser também uma arma para o governo cumprir o superávit primário (economia para pagar juros da dívida).

Para a professora Margarida Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os restos a pagar são um instrumento **importante** para a execução das contas públicas, desde que usados com prudência, para objetivos específicos. É um modo de garantir a conclusão de uma obra em andamento, para a qual já existam recursos empenhados, observa ela.

O problema, diz Margarida, é que os restos a pagar assumiram uma dimensão exagerada no Brasil. "Os valores atuais são uma aberração. Fica complicado projetar qual será o superávit primário quando se tem um orçamento paralelo tão significativo", afirma ela.

Para Almeida, um outro problema da magnitude dos restos a pagar é que começa a ficar mais difícil para o governo cancelar empenhos de anos anteriores. "Isso ficou claro em 2011, quando a tentativa de cancelar restos a pagar de 2007 a 2009 levou a uma revolta da base aliada no Congresso."

Ele explica que parte do crescimento ocorrido nos últimos anos se deveu a uma mudança contábil ocorrida em 2009, quando a última folha de pagamento da Previdência Social passou a ser contabilizada como restos a pagar no ano seguinte. Isso ajuda a entender por que os valores saltaram de R\$ 62,1 bilhões em 2008 para R\$ 94,7 bilhões em 2009. "Mas esse efeito ocorreu apenas uma vez, não explicando por que os restos pagar continuaram a aumentar nos anos seguintes", nota Almeida.

A maior parte dos restos a pagar se refere a despesas do exercício fiscal imediatamente anterior, mas há também recursos de orçamentos mais antigos, lembra Almeida. Dos R\$ 140,9 bilhões registrados neste ano, R\$ 31 bilhões são de restos a pagar reinscritos, ou seja, vêm de exercícios pré-2011.

Dos R\$ 140,9 bilhões de restos a pagar registrados no começo deste ano, R\$ 24 bilhões se referem a gastos processados e R\$ 116,9 bilhões, a não processados. Os primeiros se referem a despesas que foram autorizadas, empenhadas e liquidadas, o que significa que a obra ou o serviço que deu origem ao gasto já foi efetuado e reconhecido pelo gestor público. "Falta apenas o desembolso efetivo do dinheiro", diz Almeida.

No caso dos não processados, são despesas planejadas, autorizadas e empenhadas, mas que o gestor ainda não reconheceu que o serviço foi prestado ou que obra foi executada. Desse modo, o gasto ainda não foi liquidado, passando também para o próximo exercício financeiro.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Nova secretaria vai reestruturar funcionamento dos <u>Ministérios</u>	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE
			VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Luciana Otoni | De Brasília

O governo vai reestruturar o funcionamento de todos os Ministérios. Em uma ampla reformulação a ser iniciada este ano, secretarias poderão ser extintas e outras criadas, conforme o parâmetro de eficiência que está sendo definido pelo Executivo. Além disso, o governo vai estabelecer parâmetros para o controle dos gastos de custeio.

A reformulação estará a cargo da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, instituída ontem pela presidente Dilma Rousseff, por meio do decreto 7.675, no dia da primeira reunião ministerial deste ano.

A nova secretaria, que vai definir indicadores de controle das despesas de custeio e avaliar os procedimentos administrativos de cada Ministério, resultou da fusão de outras duas (de Gestão e de Recursos Humanos), que foram extintas. Ela será chefiada por Ana Lúcia Amorim e terá sete departamentos.

A fusão, que conferiu um caráter de supersecretaria ao novo órgão, vai impor novos padrões de eficiência à Esplanada dos Ministérios. "Não foi mera junção de departamentos", ressaltou o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Valter Correia.

Entre as modificações, Correia informou que a nova secretaria reunirá uma equipe de 14 gestores encarregada de formular procedimentos para aperfeiçoar a atuação dos órgãos federais. É essa equipe que definirá quais Ministérios terão que ser reestruturados.

Um projeto piloto de revisão de procedimentos que está em curso nos Ministérios da Justiça e da Saúde será replicado em escala maior nas demais pastas. Entre as avaliações que estão sendo feitas, os gestores monitoram, por exemplo, como é feita a compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde.

"Acabamos de contratar uma consultoria para melhorar processos de trabalho nos Ministérios da Justiça e da Saúde e isso será gerenciado pelo Ministério do Planejamento", informou o secretário-adjunto. "Vamos redesenhar todo o processo de trabalho", disse.

Segundo ele, serão feitos diagnósticos e as etapas de trabalho que não agregam valor serão eliminadas. "É um projeto-piloto e a ideia é fazermos isso em outra escala", completou Correia.

Além da reformulação na forma de atuação dos Ministérios, a Secretaria de Gestão Pública está encarregada de idealizar indicadores de acompanhamento dos gastos do governo com o custeio da máquina. "Temos um programa vinculado à Secretaria de Orçamento Federal de eficiência do gasto. Isso foi implantado em alguns órgãos, ainda em 2010, e agora queremos fazer de forma mais geral na Esplanada dos Ministérios", informou.

Entre as ações relacionadas ao melhor uso das verbas constam a revisão dos procedimentos para contratação de serviços terceirizados, despesas com passagens aéreas, uso de material de escritório e consumo de energia elétrica. "Isso é para melhorar o custeio. Agora temos condições de medir isso", explicou.

Valter Correia citou como exemplo o maior rigor sobre a despesa com diárias e passagens aéreas. Esse desembolso passou de R\$ 2,3 bilhões em 2010 para R\$ 1,3 bilhão em 2011. A meta do Ministério do Planejamento é fazer com que reduções desse tipo com custeio não sejam pontuais, mas permanentes.

Ao comentar que até agora faltavam indicadores para medir esse tipo de gasto, o secretário-adjunto disse que o Ministério do Planejamento finaliza mecanismos que permitirão a mensuração das despesas com a manutenção da máquina administrativa.

Segundo ele, a Secretaria de Gestão Pública treinará equipes para dar capilaridade a esse controle. Um dos exemplos citados é o consumo de energia. O Ministério do Planejamento já possui um acompanhamento sobre gastos com energia em alguns prédios públicos e busca agora definir metas de redução dessa despesa nos vários órgãos da administração federal.

A implantação da Secretaria de Gestão Pública foi acompanhada da criação da Secretaria de Relações do Trabalho. Idealizada pelo secretário de Recursos Humanos,

Duvanier Paiva - morto na quinta-feira em consequência de um infarto do miocárdio -, essa nova divisão ficará encarregada de negociar com os representantes do funcionalismo público.

A secretaria, que será chefiada interinamente por Marcela Tapajós, não possui departamentos, mas coordenadorias em uma configuração que privilegia uma estrutura enxuta destinada a conferir agilidade e rapidez às

negociações sobre reajuste salarial e reestruturação de carreiras.

As demais atribuições relativas ao funcionalismo público, como a administração da folha de pagamento, realização de concursos públicos e estruturação da força de trabalho serão executadas pela Secretaria de Gestão Pública.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Meta fiscal 'cheia' será cumprida, diz Mantega		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Fernando Exman, Yvna Sousa e Daniela Martins
| De Brasília

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, assegurou ontem que o país cumprirá a meta de superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) "cheia", sem abater os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Após a reunião ministerial comandada pela presidente Dilma Rousseff, Mantega disse que, ao mesmo tempo, o governo pretende reforçar os investimentos, capitalizar os bancos públicos e manter os programas sociais responsáveis pelo fortalecimento do **mercado** doméstico.

O corte orçamentário para viabilizar a meta fiscal ainda não foi definido. No entanto, ele foi claro: o montante será o necessário para fazer com que a meta de superávit primário seja atingida. Os cortes, que serão anunciados em meados de fevereiro, serão centrados nos gastos de custeio e devem comprometer, também, parte das emendas parlamentares.

"Vamos atrás do primário cheio em 2012. Vamos cumprir o primário cheio. Isso significa controle de gastos de custeio, porém significa viabilizar todos os investimentos necessários para ativar a economia. O corte será aquele necessário para viabilizar o superávit primário de 3,1% do **PIB** e cheio", disse Mantega, em entrevista coletiva.

"É o ano de reforçar o investimento. O contingenciamento será suficiente para cumprir a meta fiscal, viabilizando uma política monetária mais elástica e dando continuidade à mudança de combinação de políticas fiscal e monetária que já praticamos em 2011, quando a política monetária pode ser mais flexível e a política fiscal mais rigorosa, porém sem sacrifício dos investimentos e dos programas sociais", afirmou o ministro.

Mantega estimou que o país deve ter crescimento médio de 4,5% em 2012. Se a crise financeira global der uma trégua, disse, o **PIB** poderá avançar 5%. Por outro lado, o **Brasil** crescerá 4% no cenário mais negativo. Para justificar sua projeção, o ministro argumentou que o **Brasil** é um dos poucos países que crescerá em 2012 mais do que no ano passado e que investidores e consumidores continuam

confiantes nos indicadores brasileiros, o que demonstraria a sustentabilidade do crescimento.

Além disso, acrescentou, o **Brasil** continuará com forte geração e distribuição de renda, redução da pobreza, criação de oportunidades, **desenvolvimento regional** e o fortalecimento do **mercado** interno.

Mantega disse que o governo continuará atuando contra a valorização do câmbio e tomando medidas contra **importações** que cheguem a preços predatórios. Segundo ele, o governo incentivará as **exportações** e reduzirá o custo do crédito e do capital de giro das empresas. Dilma disse, em dezembro, que seu objetivo é fazer o **Brasil** crescer 5% em 2012. O **mercado**, porém, não é tão otimista. O Boletim Focus, divulgado ontem, apurou que especialistas do **mercado** estimam alta de apenas 3,27% do **PIB**.

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Thomas Traumann, o **PIB** e a inflação foram alguns dos temas abordados pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, durante exposição na reunião ministerial. Ele avaliou que o crescimento do **PIB** brasileiro terá uma aceleração no decorrer do ano, sobretudo no segundo semestre. Já a inflação entrará em "trajetória descendente e com rumo ao centro da meta", afirmou o presidente do BC. A meta fixada pelo governo é de 4,5%, com uma margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Em relação ao cenário externo, Tombini demonstrou maior preocupação com a Europa, embora tenha considerado que a situação do continente seja estável. Os EUA, estimou, terão um crescimento um pouco melhor neste ano. Já a China, na previsão de Tombini, contará com um avanço no **PIB** ainda alto, embora inferior ao verificado em 2011.

Na reunião, Dilma afirmou que uma das principais prioridades do governo é criar, até meados do ano, um sistema de **monitoramento** de todas os programas, investimentos, contratos e convênios dos **Ministérios** em tempo real. Cada pasta terá de apresentar propostas para a criação dessa ferramenta de gestão, a fim de garantir que o Executivo tenha instrumentos para corrigir de forma rápida eventuais irregularidades e ações que estiverem fora do planejado.

Na avaliação de Dilma, a ferramenta é essencial para garantir a oferta de melhores serviços públicos à população. Ela disse acreditar que, à medida que há uma redução da pobreza e um crescimento da classe média, cresce a exigência por serviços públicos de qualidade. "Essas medidas serão tomadas como parte de um projeto revolucionário, progressista e absolutamente indispensável para a verdadeira reforma do Estado. Não através da demissão de servidores ou da perda de direitos previdenciários, mas através da gestão de um Estado mais profissional e meritocrático", afirmou a presidente, segundo o porta-voz.

Presidente do conselho de administração da Petrobras, Mantega sublinhou que a substituição de José Sergio Gabrielli por Maria das Graças Foster no comando da estatal não representará mudanças na estratégia da empresa. "É uma

Petrobras cada vez mais presente na economia brasileira, se viabilizando para a exploração do pré-sal, que é o grande desafio que nós temos pela frente, ampliando seus investimentos, melhorando sua governança", comentou o ministro, para quem a nova presidente da Petrobras é uma técnica e uma excelente gestora.

Todos os 38 ministros estiveram presentes, exceto Garibaldi Alves Filho (Previdência Social) e Mendes Ribeiro (Agricultura), ambos representados por seus secretários-executivos. Já Marco Antonio Raupp participou como ministro da Ciência e Tecnologia indicado. Ele substituirá Aloizio Mercadante, que a partir de hoje sucede Fernando Haddad na Educação.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Dilma quer expandir financiamento para <u>exportações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Sergio Leo | De Brasília

Em 15 dias, a presidente Dilma Rousseff quer receber de seus ministros e dos presidentes do Banco do Brasil e do BNDES um novo modelo de financiamento às exportações, para estimular as vendas brasileiras ao exterior e dar apoio a negócios nos países da América do Sul e na África, segundo informou ao Valor um de seus ministros.

Entre as medidas já em estudo está a mudança nos procedimentos da principal linha oficial de financiamento a exportações, o Proex, para apressar a liberação de recursos e fornecer linhas de crédito a pequenas e médias empresas.

Dilma disse aos presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendini, e ao presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, que quer a ampliação da rede de bancos oficiais no exterior, para apoio às empresas brasileiras. O BB já vem expandindo as operações internacionais, com compra de bancos menores na Argentina e EUA. O **BNDES** tem uma subsidiária em Londres e uma representação em Montevidéu.

Por ordem de Dilma, a equipe econômica estuda também mudanças para facilitar os chamados "empréstimos concessionais", a fundo perdido, para países de menor grau de desenvolvimento.

Dilma estabeleceu prazo de 15 dias para que os ministros da área econômica lhe tragam um documento com as metas de cada Ministério e como pretendem chegar a elas. Preocupada com as previsões de queda no saldo da balança comercial e na perda de participação das manufaturas nas exportações, a presidente acredita que o acesso ao crédito pelos exportadores é um dos principais mecanismos para mudar o quadro, embora os técnicos reconheçam que o financiamento às exportações, sozinho, não garante elevações expressivas no total exportado.

Até março deve estar em operação pelo menos parte dos novos modelos de financiamento, em debate pelo sete Ministérios reunidos no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), vinculado à Camara de Comércio

Exterior (Camex). Segundo um dos participantes da discussão sobre os mecanismos de apoio às exportações, as mudanças afetarão parte limitada das exportações brasileiras, já que em torno de 70% das vendas ao exterior são compostas por commodities, mercadorias de preço em geral negociado em bolsas de mercadorias.

O alvo de Dilma são as exportações de manufaturas e o apoio aos negócios com países sul-americanos e africanos, que ela considera prioritários - os países de menos recursos serão objeto de atenção especial, para permitir crédito oficial a vendas de maior valor agregado por empresas brasileiras.

Nos últimos meses, os técnicos fizeram uma revisão nos procedimentos do Proex para avaliar os motivos das eventuais demoras na liberação dos recursos e criar medidas para encurtar prazos e simplificar procedimentos.

Em grande parte dos casos, não há demora na liberação, mas na própria montagem da operação financeira, negociada entre o exportador, o **BNDES** e a seguradora, após a confirmação do negócio com o comprador no exterior. Nesse item, o governo deve criar procedimentos para que os pedidos de financiamento cheguem ao Cofig mais detalhados, seguindo a experiência com a Embraer, que revisou as etapas das negociações de financiamento para melhorar a "formatação" das operações submetidas ao **BNDES**.

Os créditos do Proex a pequenas e médias empresas têm enfrentado dificuldades jurídicas e provavelmente será necessário um projeto de lei para permitir a oferta de linhas de financiamento às companhias desse porte, hoje obrigadas a submeter cada operação à análise de órgãos do governo.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO União deixa para este ano restos a pagar de R\$ 140,9 bi		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

O Governo Federal deixou para 2012 um saldo de R\$ 140,9 bilhões de despesas de custeio e investimento de exercícios fiscais anteriores, os chamados restos a pagar. O valor é quase 10% superior aos R\$ 128,7 bilhões registrados no começo do ano passado, confirmando o gigantismo assumido nos últimos anos pelos restos a pagar, que vários analistas classificam como um orçamento paralelo.

Em 2005, os valores não chegavam a R\$ 22 bilhões, segundo levantamento do economista Mansueto Almeida, feito com base em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do **Governo Federal** (Siafi).

Especialista em contas públicas, Mansueto diz que os restos a pagar têm cada vez mais importância na execução fiscal no Brasil. Em 2011, quase 60% dos R\$ 43,9 bilhões de gastos com investimentos pela União se referiram a restos a pagar. Nos últimos seis anos, em média 53% do valor investido pelo **Governo Federal** veio de recursos de exercícios fiscais anteriores.

"Isso torna menos transparente o processo orçamentário", diz Almeida. Ele lembra que deputados e senadores passam várias sessões no Congresso discutindo o que será prioridade de investimento no próximo ano, quando na verdade mais da metade do que será realmente gasto foi decidido em anos anteriores. Na lei orçamentária de 2012, por exemplo, os investimentos previstos para este ano somam R\$ 80,3 bilhões, sem contar os R\$ 57,2 bilhões de restos a pagar de outros anos.

Como os números do Siafi apontam para um valor investido pela União de pouco menos de R\$ 44 bilhões em 2011, fica claro que os valores estão inflados, e que parte significativa dos investimentos previstos no Orçamento deste ano vão se transformar em restos a pagar em 2013. Empurrar despesas de um ano para o outro pode ser também uma arma para o governo cumprir o superávit primário (economia para pagar juros da dívida).

Para a professora Margarida Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os restos a

pagar são um instrumento **importante** para a execução das contas públicas, desde que usados com prudência, para objetivos específicos. É um modo de garantir a conclusão de uma obra em andamento, para a qual já existam recursos empenhados, observa ela.

O problema, diz Margarida, é que os restos a pagar assumiram uma dimensão exagerada no Brasil. "Os valores atuais são uma aberração. Fica complicado projetar qual será o superávit primário quando se tem um orçamento paralelo tão significativo", afirma ela.

Para Almeida, um outro problema da magnitude dos restos a pagar é que começa a ficar mais difícil para o governo cancelar empenhos de anos anteriores. "Isso ficou claro em 2011, quando a tentativa de cancelar restos a pagar de 2007 a 2009 levou a uma revolta da base aliada no Congresso."

Ele explica que parte do crescimento ocorrido nos últimos anos se deveu a uma mudança contábil ocorrida em 2009, quando a última folha de pagamento da Previdência Social passou a ser contabilizada como restos a pagar no ano seguinte. Isso ajuda a entender por que os valores saltaram de R\$ 62,1 bilhões em 2008 para R\$ 94,7 bilhões em 2009. "Mas esse efeito ocorreu apenas uma vez, não explicando por que os restos pagar continuaram a aumentar nos anos seguintes", nota Almeida.

A maior parte dos restos a pagar se refere a despesas do exercício fiscal imediatamente anterior, mas há também recursos de orçamentos mais antigos, lembra Almeida. Dos R\$ 140,9 bilhões registrados neste ano, R\$ 31 bilhões são de restos a pagar reinscritos, ou seja, vêm de exercícios pré-2011.

Dos R\$ 140,9 bilhões de restos a pagar registrados no começo deste ano, R\$ 24 bilhões se referem a gastos processados e R\$ 116,9 bilhões, a não processados. Os primeiros se referem a despesas que foram autorizadas, empenhadas e liquidadas, o que significa que a obra ou o serviço que deu origem ao gasto já foi efetuado e reconhecido pelo gestor público. "Falta apenas o desembolso efetivo do dinheiro", diz Almeida.

No caso dos não processados, são despesas planejadas, autorizadas e empenhadas, mas que o gestor ainda não reconheceu que o serviço foi prestado ou que obra foi executada. Desse modo, o gasto ainda não foi liquidado, passando também para o próximo exercício financeiro.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Dilma participa de fórum social		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presença no evento em Porto Alegre será a primeira como chefe de Estado e dá continuidade ao histórico de participação do ex-presidente Lula

A presidente Dilma Rousseff deve participar, na próxima quinta-feira (26), de uma sessão especial do Fórum Social Temático (FST), em Porto Alegre (RS). No evento Diálogos entre Sociedade Civil e Governos, Dilma deve tratar de temas como a crise econômica, políticas públicas de combate à pobreza e diretrizes brasileiras para a Conferência das Nações Unidas para o **Desenvolvimento Sustentável**, a Rio+20, marcada para junho no Rio de Janeiro.

O FST se insere no processo do Fórum Social Mundial (FSM), criado na capital gaúcha em 2001, para pensar "um outro mundo possível". A ida de Dilma ao megaevento em Porto Alegre será a primeira como chefe de Estado e dá

continuidade ao histórico de participação do ex-presidente Lula, que esteve presente em todas as edições no **Brasil** e em algumas no exterior. Em 2011, Dilma foi representada pelo ministro da Secretaria-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, no FSM em Dacar, no Senegal.

Dilma não irá ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, antagonístico histórico do FSM. A presidente deverá ser representada na Suíça pelos ministros das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel.

Apesar de ter um caráter apartidário, a presença de governantes é tradicional nos eventos ligados ao FSM. ABr

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Até <u>Lula</u> deve ir à posse de Mercadante		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A cerimônia de posse de Aloizio Mercadante na Educação e a de Marco Raupp na Ciência e Tecnologia está marcada para às 11h de hoje.

O evento será prestigiado por petistas de São Paulo e até pelo ex-presidente Lula, que pretende dar peso à despedida de seu pupilo, Fernando Haddad, que deixa a pasta para disputar a eleição em São Paulo.

Entre suas primeiras atribuições, Raupp vai nomear o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Governo pode reduzir impostos para <u>PIB</u> crescer 4% em 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Temendo crise internacional e desaceleração econômica, presidente Dilma deve adotar novas medidas de estímulo para garantir expansão

Entre as novidades podem estar incentivos tributários para setores com dificuldades e mais crédito do **BNDES**. Entretanto, haverá parcimônia nos estímulos.

A presidente Dilma Rousseff tem como principal missão neste ano um crescimento econômico de 4% e, para atingir esse objetivo, está disposta a reduzir impostos, adotar novas medidas de estímulo e possivelmente sacrificar outras metas se preciso, segundo fontes do governo.

Dilma se reuniu com vários ministros no Palácio do Planalto no fim de semana para compor o que uma das fontes chamou de “plano de negócios para 2012”.

A presidente pode decidir sobre medidas específicas nos próximos dias e, segundo as fontes, está determinada que a economia do **Brasil** tenha desempenho melhor do que durante o primeiro ano de seu governo, em 2011, quando o crescimento deve ter ficado por volta dos 3%. “O número na cabeça de todos é quatro”, disse uma das fontes. “Quase todo o resto que estamos fazendo gira em torno disso.”

As fontes disseram que perseguirão essa meta com responsabilidade e que serão flexíveis no caso de crises externas, na Europa ou em outros lugares do mundo.

As opções em jogo - de incentivos tributários para indústrias em dificuldade até empréstimos maiores através do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), entre outras - serão utilizadas com cuidado, sem estragar a reputação brasileira de uma administração econômica bem dirigida, ligeiramente inclinada para a centro-esquerda, disseram as autoridades.

De qualquer forma, a prioridade ao crescimento deve significar riscos para os **mercados** financeiros neste ano.

Entre eles podem estar mudanças repentinas e imprevisíveis de política econômica ou outra inflação elevada após a taxa de 6,5% registrada em 2011 - a maior em sete anos, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),

calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta de Dilma também está bem acima das previsões independentes.

A Organização das Nações Unidas (ONU) espera uma expansão de apenas 2,7% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do **Brasil** neste ano.

Isso significa que o governo pode entrar com estímulos mais pesados que o esperado, especialmente se a crise da zona do euro piorar ou se a economia da China desacelerar consideravelmente.

Os estímulos podem, por consequência, fazer o **Brasil** descumprir a meta de superávit primário de 3,1% **PIB** no fim do ano.

Após o sucesso dos últimos anos, não está claro se a economia brasileira ainda é capaz de crescer 4% ao ano ou mais sem reformas profundas.

Problemas severos de infraestrutura, desemprego em recorde de baixa, alta demanda por crédito e outros gargalos industriais fizeram que até o crescimento tímido do ano passado tenha vindo com uma inflação no topo da meta do governo.

Por enquanto, porém, os assessores de Dilma dizem acreditar que podem ter tudo em 2012, com queda da inflação e do juro básico, enquanto o crescimento avança.

Eles dizem que a presidente estará envolvida na administração da economia regularmente, assim como esteve no ano passado, e que estará disposta a manusear as alavancas de estímulo e aperto conforme as circunstâncias permitirem para um crescimento saudável.

Quando possível, porém, o governo irá se inclinar delicadamente para o lado da expansão econômica.

A decisão de Dilma de colocar o crescimento econômico como prioridade está arraigada em sua visão da economia global, assim como nas atitudes da população sobre seu governo.

Apesar das dificuldades do ano passado, que fizeram a economia registrar crescimento zero no terceiro trimestre, os brasileiros continuam otimistas.

Uma pesquisa Datafolha publicada no domingo mostrou que 83% das pessoas acreditam que a economia ficará igual ou melhorará - a maior proporção desde que Dilma assumiu a presidência, há um ano.

Esse número sobe a 90% quando a população é questionada sobre sua própria situação financeira - outro recorde de alta.

Ao mesmo tempo, todos sabem que o bom momento é frágil.

A **produção** industrial ficou estagnada na maior parte dos últimos três anos devido à taxa de câmbio sobrevalorizada do real, aos altos impostos e a outros custos que tornam o **Brasil** um lugar cada vez mais caro e difícil para fazer negócios.

Reuters

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Tributação na Europa ajuda a crise :: Fernando Zilveti		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Livre-docente pela USP. Professor da Escola de Administração da FGV. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

Em 2012 a crise europeia segue um perigoso rumo de incertezas.

Essa é, ao menos, a expectativa dos analistas econômicos.

Outra unanimidade em relação à Europa se nota no campo fiscal.

A maioria dos países europeus anunciou nos últimos dias de 2011 planos de aumento de tributos, sob os mais diversos argumentos político-ideológicos.

Para aqueles governos que enfrentarão eleições em 2012, o discurso segue um discurso bastante demagógico.

A preferência por perseguir ricos e grandes corporações pretende render votos aos candidatos.

A França inovou, ainda, com um IVA social, dando destinação a um imposto de consumo.

Também pretende o candidato governista introduzir um imposto sobre transações financeiras, uma CPMF francesa.

Os alemães, que também passarão por eleições parlamentares, ensaiam castigar os ricos com mais impostos.

A proposta parte do partido Verde, que tem conquistado espaço parlamentar nos últimos vinte anos.

A Alemanha tem, porém, no século 20, um perigoso histórico de perseguição de pessoas com impostos.

Caberá à Corte Constitucional daquele país determinar os limites da tributação pessoal, seguindo o exemplo francês de 50% do patrimônio do contribuinte.

Todos sabem, porém, que tributar ricos e corporações com maior rigor, isoladamente, não trará o equilíbrio necessário às contas públicas.

A Holanda foi pragmática ao anunciar um aumento no IVA, numa série de medidas que visam fundir alguns impostos sobre o consumo.

Outros países em dificuldades com a dívida pública, como a Irlanda, também anunciaram um aumento do IVA para patamar ainda maior de até 23%.

A República Checa, por sua vez, planeja reduzir sua alíquota de IVA para 17% em 2013.

A Europa confederada parece apontar para uma guerra fiscal semelhante à experimentada em federações como o Brasil. Para conter o déficit público a tributação direta, com mais rigor sobre os ricos, não será suficiente. O imposto mais efetivo sempre foi o indireto. A tributação sobre o consumo gera caixa velocemente.

O problema dessa efetividade está na repercussão.

O aumento do IVA é imediatamente repassado ao consumidor, que recebe a diferença no preço dos produtos e serviços. O pobre acaba pagando mais. Além disso, o IVA aumentado de modo desproporcional nos diversos países membros da União Europeia será mais um entrave para o pacto federativo que ainda se pretende implementar por lá.

A Federação brasileira sofre há muito com projetos de reforma tributária, uma quimera a atormentar a vida do contribuinte.

Sabe-se que na Europa, assim com no Brasil, uma reforma tributária que atenda às necessidades de caixa ao mesmo tempo de justiça para o contribuinte não será tarefa fácil.

Os ajustes propostos pelos países que lideram a União Europeia tendem a dar prioridade a alterações pontuais de resultado rápido.

No Brasil, as medidas implementadas nos últimos anos seguem a mesma linha.

O problema brasileiro permanece inalterado: o ônus sempre recai sobre os mais pobres, enquanto a desoneração serve aos amigos do rei.

	VEÍCULO BOL		EDITORIA
	TÍTULO Fórum Social Mundial começa hoje e espera reunir 40 mil em Porto Alegre		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Milhares de pessoas são aguardadas na região metropolitana de Porto Alegre para participar de mais uma edição do Fórum Social Mundial, que começa nesta terça-feira (24). Criado há dez anos para servir como celeiro de ideias que contraponham o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), o evento se descentralizou e dividiu suas reuniões durante o ano pelo mundo.

Em Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, de 24 a 29 de janeiro, a atração recebe o nome de Fórum Social Temático (FST), cujo tema é "Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental". São esperados 40 mil participantes nas 900 atividades realizadas nas quatro cidades.

Confirmaram presença no evento a presidente Dilma Rousseff, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, os sociólogos Boaventura de Sousa Santos, Emir Sader e Ignacio Ramonet, além dos músicos Fito Paez e Gilberto Gil.

Como de costume, o fórum traz ainda representantes de grandes movimentos sociais pelo mundo. Neste ano, participam do evento representantes dos estudantes do Chile, da Primavera Árabe, do Occupy Wall Street e dos Indignados da Espanha.

A edição 2012 traz como uma das prioridades a preparação para a Reunião dos Povos - encontro que os movimentos sociais celebrarão em paralelo ao Rio+20, conferência da ONU sobre **Desenvolvimento** Sustentável, que

receberá chefes de Estado do mundo todo em junho, no Rio de Janeiro.

A presidente Dilma participa do fórum na quinta-feira (26) durante o evento "Diálogos entre Sociedade Civil e Governos", onde serão abordados temas como a crise econômica, as políticas públicas de combate à pobreza e as diretrizes brasileiras para a conferência de junho. Com a participação, a presidente dá sequência à tradição de Luiz Inácio **Lula** da Silva, que esteve presente em todas as edições do evento no Brasil.

Já no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Dilma será representada pelos ministros das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando Pimentel.

Outras duas atrações do chamado Fórum Social Temático são o Fórum Mundial da Educação, o Fórum Social Temático da Saúde e Seguridade Social, e o Conexões Globais 2.0, todos em Porto Alegre.

A abertura oficial do evento ocorre nesta terça-feira (24), às 17h, com a tradicional marcha de abertura, que cruzará o centro de Porto Alegre, do largo Glênio Peres, até o anfiteatro Pôr do Sol, às margens do Guaíba.